

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.388.800 - SC (2013/0175482-6)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : LUIZ AUGUSTO MOOJEN DA SILVEIRA - SC043964
BRUNA ROITMAN IASNOGRODSKI - SC043971
CAROLINA BARTH DOS SANTOS DA SILVEIRA - SC049919
AGRAVADO : HERCÍLIO VACCARI
ADVOGADOS : IVAN WIESE
IVONIR LUIZ MAESTRI E OUTRO(S) - SC008872
INTERES. : SASSE COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. CABIMENTO DA COBERTURA SECURITÁRIA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A ausência de enfrentamento de questão posta no recurso especial pelo Tribunal de origem impede o acesso à Instância Superior, porquanto ausente o requisito do prequestionamento, o qual é exigido inclusive para matéria de ordem pública. Incidência das Súmulas 282 e 356, ambas do col. STF.
2. No caso, o Tribunal de origem, ao analisar as disposições contratuais e o acervo fático-probatório dos autos, concluiu ser devido o pagamento da indenização de seguro de vida, consignando expressamente que, "em análise à apólice securitária, nota-se que o autor além de figurar como "segurado" também participa como beneficiário na cláusula intitulada como "Morte do Cônjuge". A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria a análise de cláusulas contratuais e o reexame do conjunto probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõem as Súmulas 5 e 7 deste Pretório.
3. A incidência dos enunciados acima referidos impede o conhecimento do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.
4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno,

Superior Tribunal de Justiça

nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator